

AO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO,

Secretaria de Licitações e Contratos,

Avenida do Contorno nº 4.631 – 4ª andar, Bairro Serra, CEP 30.110-027, Belo Horizonte – MG.

SDT/DLOP 015508

Ref. Ata da Segunda Sessão de Licitação

Tomada de Preço nº 02/2021

Processo-e-PAD 35.670/2021 (SEGPRE)

Contratação de empresa especializada visando a modernização, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças dos elevadores dos edifícios do TRT3, nos termos deste Edital e seus anexos.

Ref.: Classificação da licitante Elevadores Atlas Schindler Ltda.

TK ELEVADORES BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado já qualificada nos autos do contrato em epígrafe, por seu procurador firmatário, conforme instrumento de procuração anexo, irresignada com a respeitável decisão de que classificou e declarou a empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda vencedora do certame supracitado, vem, respeitosamente, apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, o que faz com base no art. 109, I, “b” da Lei 8.666/93 e na forma das razões de fato e de direito que passa a expor.

Requer se dignem V.Sas., receber o presente recurso e, no caso de não ser reconsiderada a decisão recorrida, o encaminhamento das anexas razões à apreciação da autoridade superior, a fim de decidir em última instância administrativa.

Termos em que pede e espera deferimento.

Porto Alegre (RS), 18 de fevereiro de 2022.



TK ELEVADORES BRASIL LTDA.

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2021

RECORRENTE: TK ELEVADORES BRASIL LTDA

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

EMÉRITOS JULGADORES!

Em síntese, na segunda sessão da licitação referente a Tomada de Preços nº 02/2021, a licitante Elevadores Atlas Schindler Ltda teve sua proposta classificada e foi declarada vencedora do certame com o valor de R\$ 1.636.393,52 (hum milhão seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos), o que não merece prosperar, uma vez que a mesma não atendeu todas as exigências técnicas do Edital, o que motiva a interposição do presente recurso.

DOS FATOS E DO DIREITO.

Para fins de introdução, o certame em tela visa a contratação de empresa especializada visando a modernização, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças dos elevadores dos edifícios do TRT3, nos termos deste Edital e seus anexos.

Participaram da disputa a empresa TK Elevadores Brasil Ltda, ora Recorrente e a empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda. Na primeira sessão do certame, ambas as licitantes foram declaradas habilitadas. Na segunda sessão, ocorrida no dia 11/02/2022 foram abertas as propostas de preço, sendo que após a análise ambas as empresas tiveram suas propostas classificadas e a empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda foi declarada vencedora com o valor de R\$ R\$ 1.636.393,52 (hum milhão seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

Referida decisão merece ser reformada, vez que a empresa declarada vencedora não atende a todos os requisitos de qualificação técnica exigidos, senão vejamos:

I - DOS REQUISITOS DE CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO ATENDIDOS PELA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA.

Analisando detidamente os encartes apresentados junto com a proposta de preço pela empresa declarada vencedora, é possível concluir que a mesma não contempla todos os itens exigidos no Edital do certame, pois no subitem 2.1 do Anexo I do Edital, consta que “a empresa *CONTRATADA* se responsabilizará por realizar toda a infraestrutura prevista na modernização dos elevadores, inclusive civil, mecânica e elétrica, etc.”

Mas a empresa declarada vencedora não assume em sua proposta a responsabilidade por realizar tais serviços, motivo pelo qual, conseguiu ofertar proposta de valor inferior. Porém, claramente sem suportar todos os custos relacionados aos serviços exigidos no Edital do certame.

Pelo contrário, na proposta de prestação de serviços apresentada pela empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda, ela deixa claro que toda a adequação civil e elétrica para receber os elevadores novos serão de responsabilidade da Contratante, o que contraria a exigência editalícia.

Ademais, o Anexo I – Escopo das Especificações Técnicas da Modernização, anexo do Edital, exige:

9. DETALHAMENTO DA MODERNIZAÇÃO

(...)

9.1. CABINA

a. Painel de operação da cabina “Botoeira da Cabina”

(...)

Requisitos mínimo para os botões:

- **Tipo Micromovimento e Antivandalismo**

j. Piso em granito: Fornecimento e instalação, para cada elevador, de piso em placas de granito. O piso deve ser instalado no mesmo nível da soleira de cabina (sem rampa de acesso). As placas devem ser de espessura reduzida de 1 a 1,4 cm, de modo a não sobrecarregar a máquina de tração dos elevadores. Os padrões de granito a ser utilizados deverão ser aprovados previamente pelo TRT3, respeitando-se as exigências de acessibilidade quanto à cor contrastante.

p. Corrediças da cabina: Fornecimento e instalação de componentes novos • Para os elevadores 1, 2 e 3 – Rolos novos.

Analisando os encartes enviados junto com a proposta de preço da empresa declarada vencedora, é possível verificar que no painel de operação da cabina não há botão com a funcionalidade de

antivandalismo, não há menção de instalação de placas de granito no piso e correções novas na cabine dos elevadores sociais. Logo, resta evidente que os serviços de modernização oferecidos pela empresa declarada vencedora não englobam todas as exigências feitas no Edital.

Por fim, cumpre observar as especificações técnicas dos serviços de modernização ofertados pela empresa declarada vencedora não incluem a exigência feita no subitem 9.7, onde consta:

9.7. CONTROLE DE TRÁFEGO E GESTÃO

Deve ser **instalado o software para o sistema de controle dos elevadores, compatibilizando os elevadores modernizados de acordo com as configurações requeridas no item 3 deste anexo.**

Ante todos os apontamentos feitos, resta evidente que a proposta apresentada pela empresa declarada classificada e vencedora do certame não incluiu todas as exigências técnicas feitas no Edital para a prestação dos serviços, motivo pelo qual a mesma deverá ser desclassificada.

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir as exigências feitas no Edital do certame e seus anexos, para de fato, viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, garantindo assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

Dentro dessas normas, exige-se os requisitos mínimos quanto a sua capacidade de execução do objeto do contrato, **atendimentos aos requisitos de qualificação técnicas dos serviços a serem contratados e anuência expressa as suas responsabilidades para prestação dos serviços.** É necessário pontuar que o que se exige da Administração é que busque sempre a melhor proposta. Não há, no teor do dispositivo, qualquer menção expressa a menor preço. Por óbvio que uma proposta com valor reduzido em relação às demais a princípio aparenta ser aquela que de fato melhor represente o interesse público.

Todavia, tal pressuposto não reflete a realidade quando a mesma não abrange a prestação de todos os serviços necessários para cumprimento ao objeto do certame, não atende a todos os requisitos técnicos e funcionalidades exigidas no certame pela Contratada.

Portanto, por melhor proposta deve-se entender não somente aquela que oferecer o menor preço, mas também, e principalmente, a que guardar consonância com os requisitos impostos pela Administração para plena execução contratual dos serviços licitados.

In causa, caso o órgão licitante mantenha a contratação com a empresa declarada vencedora

não estará só infringindo aos princípios da vinculação do Edital, da isonomia e da legalidade, o que já seria grave, mas pior do que isso, estará se prejudicando com a contratação, pois a empresa declarada vencedora do certame não irá ofertar todos as funcionalidades de botões exigidos no painel da cabina, não **instalará o software para o sistema de controle dos elevadores, compatibilizando os elevadores modernizados de acordo com as configurações requeridas e não irá se responsabilizar por realizar toda a infraestrutura prevista na modernização dos elevadores, inclusive civil, mecânica e elétrica, etc.**, pelo contrário, impõe estes serviços ao órgão.

Logo, o órgão licitante amargará com grandes prejuízos e uma proposta que em um primeiro momento parecia ser a mais vantajosa por ser a de menor valor, poderá ser tornar extremamente onerosa por não contemplar todos os serviços e requisitos técnicos exigidos.

Neste contexto, necessário observar que a Administração Pública, ao materializar o processo licitatório, consubstancia a determinação constitucional no que tange à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, preconizadas no art. 37, caput. Regulamentando o procedimento, a lei 8.666/1993 estabelece a estrita vinculação da Administração às normas e condições do instrumento convocatório (Lei nº 8.666/93, arts. 3º, 41º e 43º), razão pela qual está adstrita à plena observância de suas disposições, não podendo olvidar do seu cumprimento.

Nesse ínterim, corrobora o doutrinador Marçal Justen Filho:

[...] O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las [...]. (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420).

Assim, o Edital do certame é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Neste sentido, o subitem 8.3 do Edital desta licitação dispõe o seguinte:

8.3. Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

Além disso, no item 10.8 do Edital também consta, que:

10.8. Serão desclassificadas as propostas:

10.8.1. Que não estiverem de acordo com as condições previstas neste edital;

Sobre o assunto, convém trazer à baila a respeitada doutrina de JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26.ed. São Paulo, Atlas. P. 246.) (grifos nossos)

Desta forma, resta claro que a Administração não pode classificar e declarar vencedora uma empresa que descumpriu o disposto em edital, sob pena de mudar as regras do certame após o seu início, ferindo de sobremaneira os princípios da legalidade, da igualdade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

Como já mencionado anteriormente, manter a aceitação da proposta da empresa declarada vencedora, não seria somente uma afronta aos princípios basilares da Administração Pública que devem nortear os processos licitatório como também contratar serviços de modernização incompletos, visto que a empresa claramente não atende todos os requisitos técnicos exigidos, não assume todos os custos envolvidos, motivo pelo qual sua proposta possivelmente foi a de menor valor, porém claramente não será a mais vantajosa ao longo da execução dos serviços.

Neste contexto, resta cristalino que a manutenção da decisão inicial de tornar a proposta em discussão como vencedora, fere os princípios basilares do Processo Licitatório, em especial, o da isonomia, que garante tratamento igualitário entre os participantes, e o da vinculação ao instrumento convocatório, que busca vincular a Administração e os licitantes aos termos do edital, bem como trará prejuízos ao órgão licitante, vez que a proposta da mesma não abrange todos os serviços e requisitos técnicos necessários para execução completa dos serviços licitados.

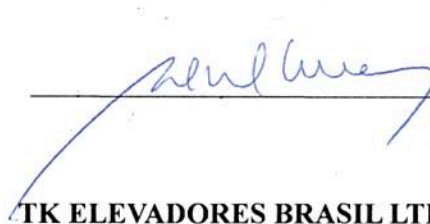
DOS PEDIDOS.

ANTE O EXPOSTO, requer, respeitosamente, seja revisto o julgamento e reformada a decisão proferida, com o DEFERIMENTO do presente recurso para o fim de desclassificar a empresa declarada vencedora, a Elevadores Atlas Schindler, vez que a proposta da mesma não contempla todos os serviços e requisitos técnicos exigidos no Edital e necessários para execução completa dos serviços de modernização licitados.

Contando com os elevados subsídios desta Douta Comissão Julgadora, pede pelo provimento do presente recurso.

Termos em que, respeitosamente, pede e espera deferimento.

Porto Alegre (RS), 18 de fevereiro de 2022.


TK ELEVADORES BRASIL LTDA.
 Ricardo Estevão Torres
 Coordenador ONMOD - MG
 TK Elevadores Brasil LTDA
 CPF: 551.400.256-04